VEBLEN E AS TEORIAS EVOLUCIONÁRIAS CONTEMPORÂNEAS

Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho[1]

RESUMO

O artigo procura realizar um diálogo entre a abordagem de Veblen e teorias contemporâneas sobre a evolução da linhagem humana, notadamente a abordagem da coevolução gene-cultura. A pesquisa indicou que as principais propensões inatas humanas descritas por Veblen – inclinação parental, instinto para o trabalho eficiente e instinto de emulação – podem ser interpretadas a partir de pontos de vista contemporâneos acerca da evolução, respectivamente, do comportamento pró-social, das características cognitivas e do prestígio. A pesquisa também procurou identificar como interesses estabelecidos podem se valer dessas propensões inatas para a promoção, respectivamente, do nacionalismo beligerante, dos sistemas religiosos e da busca por status associada ao consumo conspícuo.

Palavras-chave: Veblen; Coevolução gene-cultura; evolução humana.

ABSTRACT

This article seeks to establish a dialogue between Veblen's approach and contemporary theories on the evolution of the human lineage, notably the gene-culture coevolution approach. The research indicated that the main innate human propensities described by Veblen – parental bent, instinct of workmanship and instinct for emulation – can be interpreted by contemporary perspectives on the evolution as, respectively, pro-social behavior, cognitive characteristics, and prestige. The research also sought to identify how vested interests can use these innate propensities to promote, respectively, belligerent nationalism, religious systems, and the pursuit of status associated with conspicuous consumption.

Keywords: Veblen; Gene-culture coevolution; human evolution.

ARTIGO SUBMETIDO AO XIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA – 2026

Área 9. Economia Institucional Original

1 Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Unvirsidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

1. INTRODUÇÃO

Veblen apresenta uma abordagem sobre a evolução biológica e cultural da espécie humana bastante sofisticada para os padrões do final do século XIX e início do século XX. O autor rejeitou o determinismo biológico e não utilizou argumentos que ficaram rotulados como racismo científico ou darwinismo social. Entretanto, devido às concepções racistas e pseudocientíficas que predominavam antes da Segunda Guerra Mundial, o diálogo entre ciências sociais e evolucionárias ficou praticamente interrompido, por décadas, após essa guerra (LALA, BROWN, 2024; HODGSON, 2004; MESOUDI, 2011).

Nas décadas de 1960 e 1970, algumas das tentativas de retomada do diálogo entre ciências evolucionárias e sociais, associadas à sociobiologia, apresentavam diversas limitações, que ecoavam problemas associados ao darwinismo social, entre os quais a ênfase em supostas características egoístas e individualistas da espécie humana ou a adoção de reducionismo biológico[2] (BROWN, LALA, 2024; MESOUDI, 2011). Porém, a partir do final da década de 1970, novas abordagens acerca da evolução da espécie humana emergiram, com amplo potencial de diálogo frutífero, mas ainda não aprofundado, com as ciências sociais e humanas.

Uma das perspectivas mais promissoras do ponto de vista desse possível diálogo, a abordagem da coevolução[3] gene-cultura[4] (CGC) reconhece que a espécie humana é inerentemente cultural e procura explicar como essa característica evoluiu. Algumas das obras mais célebres associadas a essa perspectiva foram publicadas por Boyd e Richerson (1985, 2005), Heinrich (2016), Laland (2017) e Mesoudi (2011). Para esses autores, a cultura não é apenas um subproduto da biologia, mas uma força evolucionária ativa tão poderosa quanto a seleção natural genética, por isso a abordagem também é conhecida como teoria da dupla herança, cultural e biológica.

Dois exemplos importantes da evolução da linhagem humana ajudam a entender a força da cultura na formação das características da espécie humana. Em primeiro lugar, o uso do fogo e o cozimento reduziram a necessidade de mandíbulas pesadas e intestinos longos, direcionando a energia metabólica para o crescimento do cérebro. Em segundo lugar, o uso de ferramentas e armas mudaram

2 Outra abordagem que não é capaz de explicar a evolução humana é a ecologia comportamental humana, que procura explicar traços culturais humanos a partir da maximização de funções objetivo, emulando os modelos associados ao homo economicus (BROWN, LALA, 2025).

3 No caso das ciências econômicas, algumas aproximações começaram a ser realizadas com a abordagem da coevolução gene-cultura. Bowles e Gintis, economistas radicais estadunidenses, contribuíram com uma importante pesquisa realizada com antropólogos, muitos deles associados com a abordagem da coevolução gene-cultural, em que testaram e rejeitaram as premissas da hipótese do homo economicus individualista e auto-interessado em 15 culturas tradicionais (HENRICH et al., 2001, 2004).

4 No campo da economia institucionalista e evolucionária contemporânea, Cordes (2005, 2007, 2019) argumenta que a teoria da coevolução gene-cultura pode dar uma base mais sólida para a compreensão de instintos como a curiosidade desinteressada, o cuidado parental, o instinto para o trabalho eficiente, os instintos grupais (gregarious), entre outros.

a anatomia do ombro e da mão humana para possibilitar a coordenação motora fina e o arremesso de objetos (HENRICH, 2015).

As principais características inatas da espécie humana, selecionadas tanto por pressões do ambiente natural quanto por pressões do ambiente cultural, estão associadas, por um lado, ao desenvolvimento de tendências colaborativas e pró-sociais e, por outro lado, às capacidades intelectuais relacionadas à imitação, à comunicação, ao ensino e à aprendizagem. Essas características foram desenvolvidas ao longo de alguns milhões de anos na linhagem que deu origem à espécie humana e não estão presentes, no nível em que se encontram nos indivíduos homo sapiens, em nenhuma outra espécie viva.

As teorias evolucionárias contemporâneas utilizam diversos procedimentos metodológicos que não existiam, ou não estavam ainda amadurecidos, na época de Veblen, entre os quais a construção de modelos teóricos, a obtenção e a análise de informações etnográficas de inúmeros povos distintos de todos os continentes habitados, a utilização de uma grande quantidade de dados estatísticos provenientes de diversas culturas, a utilização de informações e dados históricos de diversos períodos, a investigação de evidências originadas das neurociências e a elaboração e análise de procedimentos experimentais.

O presente artigo procura responder à seguinte questão: como abordagens evolucionárias contemporâneas podem dialogar com ideias e conceitos de Veblen? O objetivo principal é comparar aspectos centrais da teoria evolucionária de Veblen com hipóteses desenvolvidas por abordagens evolucionárias contemporâneas, notadamente a perspectiva da coevolução gene-cultura, identificando convergências teóricas, potenciais divergências e complementaridades entre as concepções de Veblen e as desenvolvidas pelas teorias recentes.

O restante do artigo é dividido em duas partes, com três subseções em cada. A próxima seção procura analisar como as principais propensões inatas humanas descritas por Veblen – inclinação parental, instinto para o trabalho eficiente e instinto de emulação – podem ser interpretadas a partir de pontos de vista contemporâneos acerca da evolução, respectivamente, do comportamento pró-social, das características cognitivas e do prestígio. A terceira seção procura identificar como interesses estabelecidos podem se valer dessas propensões inatas para a promoção, respectivamente, do nacionalismo beligerante, dos sistemas religiosos e da busca por status associada ao consumo conspícuo. A última seção apresente considerações finais.

2. PROPENSÕES FUNDAMENTAIS DA ESPÉCIE HUMANA

Tanto Veblen quanto a abordagem da coevolução gene-cultura consideram fundamental o entendimento das propensões inatas da espécie humana para a obtenção de um entendimento mais

aprofundado e embasado do comportamento, inclusive daquele presente nas sociedades contemporâneas. Veblen (1914, p. 2-3), considerou que uma "investigação sobre a gênese das instituições" deve analisar o "desenvolvimento de hábitos e convenções, condicionados pelo ambiente material e pelas propensões inatas e persistentes da natureza humana". Considerou que, para designar essas propensões, "não há designação melhor do que o termo consagrado pelo tempo 'instinto'" (VEBLEN, 1914, p. 3).

As concepções de Veblen e da CGC superam os equívocos de considerar a espécie humana uma "tábula rasa", uma folha em branco em que tudo pode ser escrito, e de advogar o "determinismo genético", a tentativa de explicar o comportamento humano apenas com base nos genes. Ambas as abordagens conseguem superar esses equívocos porque consideram que as características inatas é que permitem a flexibilidade comportamental e a construção da cultura. A cultura humana não surge do nada; ela é construída sobre as bases da nossa arquitetura cognitiva e biológica evoluída.

Importante destacar que o entendimento de características inatas da espécie não implica em adotar nenhuma forma de reducionismo. Pelo contrário, a investigação dessas propriedades permite entender exatamente por que o comportamento humano não é determinado apenas por características genéticas, mas também por hábitos herdados de familiares, amigos e colegas e por estruturas sociais dos mais diversos tipos. Importante sublinhar que identificar uma propriedade como pertencente à natureza humana não implica em aceitar que essa característica seja boa (naturalismo ético) ou imutável (reducionismo biológico), uma vez que a própria evolução dotou a espécie de enorme flexibilidade comportamental.

A flexibilidade comportamental, por sua vez, possibilitou que a espécie humana se adaptasse aos mais diversos ambientes em que vive, desde florestas tropicais a planícies árticas congeladas, passando por savanas e desertos. A flexibilidade comportamental também permite a adaptação aos mais distintos modos de vida: de aldeias nômades de caçadores e coletores até a vida nas sociedades de consumo das grandes metrópoles contemporâneas.

Tanto Veblen quanto a perspectiva da CGC consideram que a cultura também evolui, porque está submetida às mesmas forças de variação populacional, seleção diferencial e hereditariedade que moldam a evolução biológica (HODGSON, 2004; CAMIC, HODGSON, 2011a; BOYD, RICHERSON, 1985, 2005; MESOUDI, 2011; HENRICH, 2015). Ambas as abordagens reconhecem que a evolução cultural, na espécie humana, ocorre de modo muito mais rápido que a evolução biológica da espécie.

Veblen (1915, p. 8) argumentou que o "esquema de instituições vigente em qualquer comunidade — exemplificado, por exemplo, pela língua — sendo de natureza habitual, é necessariamente instável e variará de forma incontida com o passar do tempo", enquanto, por sua vez, a "herança biológica" seria "invariável ao longo da história de vida da raça". A "distinção meticulosa

entre os dois conceitos — de hábito e hereditariedade — é o princípio da sabedoria em toda investigação sobre o comportamento humano" e a confusão entre esses dois sistemas de herança gera equívocos, associados à "animosidade polêmica" e ao "chauvinismo" (VEBLEN, 1915, p. 8). A perspectiva da CGC reconhece que a espécie humana continua passando pelo processo de evolução biológica (mudança na frequência de alelos genéticos), embora essa mudança seja de fato muito mais lenta que a evolução cultural (BOYD, RICHERSON, 1985, 2005; MESOUDI, 2011; HENRICH, 2015).

As próximas subseções aprofundarão os principais pontos de convergência e de divergência entre Veblen e a teoria da CGC acerca das características inatas centrais da espécie humana identificadas por Veblen, respectivamente: o comportamento pró-social, as características cognitivas e o prestígio social.

2.1 Redução do instinto predatório e ampliação das características pacíficas e pró-sociais

Veblen rejeitou a hipótese de os humanos agirem somente a partir do interesse individual autocentrado, ideia ainda muito presente nas ciências econômicas contemporâneas e ironizada de forma célebre por Veblen (1898a, p. 153), como a "concepção hedonista do homem é a de uma calculadora relâmpago de prazeres e dores", que já seria, no final do século XIX, uma "preconcepção psicológica e antropológica" não corroboradas pelas evidências e tampouco pelas ciências evolucionárias de então.

Veblen argumentou (1898b) que a evolução da espécie humana estava associada à redução das características auto-interessadas e predatórias e a ampliação do senso de "solidariedade com o grupo", típico de um "animal gregário e pacífico". Isso provocou o desenvolvimento de características como "solidariedade com a espécie" (*race solidarity*), "confiança", "equidade", "convívio social" e "empatia" (VEBLEN, 1899, p. 74, 216).

Veblen (1914, p. 182-183) relacionou essas características com a "inclinação parental", que originalmente poderia estar relacionada apenas ao cuidado com os próprios filhos, mas que, na espécie humana, estaria associada à preocupação, ao cuidado e à ajuda direcionados à "comunidade" como um todo (e não apenas aos parentes), às "próximas gerações" de indivíduos da mesma comunidade e possivelmente mesmo à "humanidade inteira" (VEBLEN, 1914, p. 182-183).

Teorias contemporâneas corroboram os *insights* de Veblen. A espécie humana possui níveis de empatia maiores que o das demais espécies e não tem seu comportamento descrito pelo modelo de racionalidade individual maximizadora[5]. As evidências etnográficas e experimentais baseadas em

5 Uma alternativa ortodoxa às abordagens da racionalidade enquanto escolha maximizadora da utilidade é a perspectiva da racionalidade como escolha consistente a partir de preferências. Entretanto, é importante destacar que não

inúmeras culturas, indicam que as pessoas, em geral, possuem preferências pró-sociais, ou seja, se preocupam, por exemplo, com justiça e reciprocidade (BOYD, RICHERSON, 2005, p. 253-254; MESOUDI, 2011, p. 177-188; HENRICH *et al*., 2004).

As pesquisas contemporâneas procuram explicar a evolução paulatina das características pró-sociais da espécie humana, cuja origem remonta ao surgimento do cuidado parental, presente notadamente entre aves e mamíferos, que posteriormente evoluiu para o cuidado aloparental (exercido por outros familiares, como avós e tios) e que ocorre em poucas espécies, entre as quais lobos e primatas, até alcançar os elevados níveis de cuidado e atenção que os humanos investem mesmo a pessoas distantes geneticamente (HENRICH, 2015; RICHERSON, BOYD, 2005; MESOUDI, 2011).

Um importante indício sobre o desenvolvimento das características pró-sociais da espécie humana é a ampliação das partes do sistema nervoso relacionadas com a empatia e a cooperação. Os neurônios espelho e o lobo parietal, por exemplo, estão associados à capacidade de imitação, como será comentado na próxima seção, mas também com o "compartilhamento" de "emoções" e a "empatia", a capacidade de se colocar no lugar do outro (LALAND, 2017, p. 287-288). Essas características permitem que a espécie humana compartilhe experiências coletivas de medo, alegria e luto, por exemplo. Sem essas "capacidades de aprendizagem social, todos nós assistiríamos a filmes como sociopatas" seríamos indiferentes "à cena do chuveiro de Psicose" e "não haveria indústria cinematográfica; e, aliás, nem teatro ou ópera" (LALAND, 2017, p. 287-288). As características cooperativas e pró-sociais permitiram que as comunidades, ao longo da evolução da linhagem humana, tivessem seu tamanho ampliado, superando em muito o tamanho máximo dos grupos de chimpanzés e gorilas.

Evidências contemporâneas indicam que a moralidade consiste principalmente em soluções culturais e biológicas para possíveis problemas associados com a cooperação. Pesquisadores investigaram 60 sociedades distintas e concluíram que sete diretrizes básicas fundamentam o comportamento moral universal na espécie humana: ajudar parentes, ajudar seu grupo, praticar reciprocidade, ser corajoso, respeitar a autoridade, dividir recursos e respeitar a posse de objetos (CURRY, MULLINS, WHITEHOUSE, 2019; WHITEHOUSE, 2025).

A evolução das características pró-sociais está associada com o desenvolvimento da reciprocidade, de normas de conduta e de mecanismos individuais e sociais de monitoramento do comportamento. Essas características, por sua vez, formam o fundamento para a estruturação do comportamento social em instituições (HENRICH, 2015; RICHERSON, BOYD, 2005; MESOUDI, 2011; WHITEHOUSE, 2025), base da teoria social de Veblen (1898a, 1899, 1914).

---

necessariamente escolhas implicam em preferências pessoais e que a consistência não está obrigatoriamente associada à racionalidade (SEN, 2009). Animais, por exemplo, podem possuir comportamentos plenamente consistentes que não estão associados à racionalidade.

Boyd e Richerson (2005, p. 253-254), argumentaram que as “instituições importam” e que o comportamento humano é diferente em distintas sociedades porque “crenças, habilidades, modelos mentais, valores, preferências e hábitos foram inculcados pela longa participação em sociedades com diferentes instituições”. Ademais, consideram que as “instituições são o produto da evolução cultural” (BOYD, RICHERSON, 2005, p. 253).

2.2 Ampliação das capacidades cognitivas e o instinto para o trabalho eficiente

Veblen possui uma teoria sofisticada sobre o comportamento humano, composta por diversas camadas irredutíveis de causalidade (VEBLEN, 1899, 1914; HODGSON, 2004; CAMIC, HODGSON, 2011a). O Autor destacou que parte do comportamento humano é instintivo, portanto, como sabemos atualmente, transmitido geneticamente. Porém, mesmo os instintos na espécie humana são bastante flexíveis e sujeitos à “reflexão, discricionaridade e deliberação”, sendo passíveis “à modificação pelo hábito”.

Portanto, grande parte do comportamento da espécie humana é desenvolvido na forma de hábitos, que são transmitidos “de uma geração para a seguinte, por tradição, treinamento, educação ou qualquer termo geral que melhor designe essa disciplina de habituação pela qual os jovens adquirem o que os mais velhos aprenderam” (VEBLEN, 1914, p. 38-39). Os hábitos “criam usos, costumes, convenções, preconcepções” (VEBLEN, 1914, p. 38-39) que são os elementos fundamentais do comportamento humano, da cultura humana.

De acordo com o autor, o comportamento habitual está associado a “imitação”, “ensino”, capacidade de trabalho, raciocínio em termos de “fins e meios” para alcançá-los, “criatividade”, “planejamento” e “propósito” e outras características cognitivas da espécie humana. Veblen (1898b, 1899, 1914) associou essas capacidades cognitivas principalmente com a “curiosidade desinteressada” (*idle curiosity*) e o “instinto para o trabalho eficiente” (*instinct for workmanship*), um “senso do mérito da utilidade ou eficiência e do demérito da futilidade, do desperdício ou da incapacidade” (VEBLEN, 1899, p. 16).

É importante destacar que a base do comportamento humano são os hábitos, transmitidos e modificados, de uma geração para seguinte, pelas culturas humanas de forma cumulativa, não redutível à contribuição de indivíduos isolados[6] (VEBLEN, 1898a, 1898b, 1899, 1914). O autor recusa, portanto, análises que procuram explicar o comportamento a partir de hipóteses que foram associadas, posteriormente, ao individualismo metodológico.

6 Veblen (1898, 1906, 1907) utilizou sua teoria sobre o conhecimento cumulativo para rejeitar as teorias neoclássica e marxista da distribuição fundadas, respectivamente, na contribuição marginal dos fatores produtivos e no trabalho vivo.

Em relação aos principais argumentos de Veblen acerca das características cognitivas da espécie humana, há grande convergência com hipóteses desenvolvidas pela tradição da coevolução gene-cultura. Nessa abordagem, a cultura é entendida como a informação transmitida por meio de "ensino, imitação e outras formas de transmissão social" (RICHERSON, BOYD, 2005, p. 5). Essa forma de transmissão de informação emergiu, em termos evolutivos, quando o nicho ecológico é variável ou imprevisível a ponto de não ser codificável apenas em termos genéticos, estimulando a plasticidade comportamental (LALAND, 2017; HENRICH, 2015).

Laland (2017) descreve detalhadamente como a "imitação" evoluiu em diversas linhagens de animais, inclusive algumas espécies de peixes, para reduzir os custos associados com a aprendizagem por experiência individual. Posteriormente, surgiram formas mais sofisticadas, de "imitação com maior precisão", e de imitação estimulada pela "comunicação", presentes em poucas espécies animais. Por fim, o desenvolvimento da "linguagem" e das práticas de "aprendizagem e ensino" foi restrito, provavelmente, entre as espécies atualmente existentes, apenas à humana, embora essas características não estejam totalmente descartadas em golfinhos e alguns primatas (LALAND, 2017).

Os autores convergem com a hipótese de Veblen segundo a qual somente na espécie humana teria emergido a cultura cumulativa, formada por comportamentos que não podem ser descobertos por um indivíduo isolado. Individualmente, os humanos são considerados biologicamente fracos e com conhecimento insuficiente para sobreviverem isolados em ambientes hostis, como atestam as evidências de mortes de náufragos e de expedicionários malsucedidos (HENRICH, 2015). Nossa força está no cérebro coletivo: a capacidade de acumular conhecimento geracional que nenhum indivíduo conseguiria inventar sozinho, como técnicas de caça, uso de plantas medicinais ou fabricação de ferramentas complexas, conhecimentos que comprovam a dependência dos humanos em relação à cultura (RICHERSON, BOYD, 2005; LALAND, 2017; HENRICH, 2015).

Sintetizando diversos argumentos importantes da abordagem da CGC, Henrich (2015, p. 3) argumentou que a "chave para entender como os humanos evoluíram e por que somos tão diferentes de outros animais é reconhecer que somos uma espécie cultural", cujos membros da linhagem, "provavelmente há mais de um milhão de anos", "começaram a aprender uns com os outros de tal forma que a cultura se tornou cumulativa".

Ao longo do tempo, as diferentes gerações sucessivas foram reproduzindo a aprimorando as "práticas de caça, habilidades de fabricação de ferramentas, conhecimento de rastreamento e conhecimento de plantas comestíveis" herdadas das gerações anteriores (HENRICH, 2015, p. 3). Após algumas gerações, o conjunto de conhecimentos e técnicas ficou tão complexo que não poderia ser, nem de longe, descoberto por um único indivíduo isolado[7]. Ao longo de centenas de milhares de

7 Henrich (2015, p. 3), enumera entre os "exemplos de tais pacotes culturais complexos, desde casas de neve inuítes, flechas fueguinas e tabus fijianos de consumo de peixes, até numerais, escrita e o ábaco".

anos, as forças evolutivas foram selecionando, na linhagem humana, características relacionadas a essa capacidade de aprendizagem, retroalimentando o processo de coevolução gene-cultura.

> Os produtos recém-produzidos dessa evolução cultural, como o fogo, a culinária, as ferramentas de corte, as roupas, as linguagens gestuais simples, o arremesso de lanças e os recipientes de água, tornaram-se as fontes das principais pressões seletivas que moldaram geneticamente nossas mentes e corpos. Essa interação entre cultura e genes, ou o que chamarei de coevolução cultura-gene, impulsionou nossa espécie por uma nova via evolutiva não observada em nenhum outro lugar na natureza, tornando-nos muito diferentes de outras espécies — um novo tipo de animal (HENRICH, 2015, p. 3).

É importante destacar que as estruturas cerebrais mencionadas na seção anterior, como o lobo parietal e os neurônios espelho, desproporcionalmente grandes na espécie humana, facilitam a imitação e a aprendizagem. É essa capacidade de imitação que possibilita, por exemplo, "dirigir, usar um martelo ou cozinhar uma refeição", habilidades que são possíveis graças à possibilidade de "adotar a perspectiva e compreender os objetivos e intenções daqueles envolvidos em tarefas importantes", o que ajuda "o observador a adquirir a tecnologia relevante" (LALAND, 2017, p. 287-288).

É provável que a evolução da imitação e da aprendizagem estejam associadas com a possibilidade de elaborar uma "teoria da mente", a "capacidade de atribuir estados mentais, como crenças, desejos e conhecimento, a outros" (LALAND, 2017, p. 130). Essa capacidade está relacionada com as interações complexas em uma vida em comunidade, mas pode estar associada a subprodutos inesperados, tratados na subseção 3.2.

2.3 Ampliação da importância do status e da emulação e redução dos instintos predatórios

Veblen (1899, p. 74) considerou que "a propensão para a emulação — para a comparação invejosa" é "uma característica duradoura da natureza humana" (VEBLEN, 1899, p. 74). Esse "elemento da natureza humana" seria relacionado à "exibição" e à busca por "reputação ou "respeitabilidade", "não apenas aos olhos dos vizinhos, mas também aos seus próprios olhos" (VEBLEN, 1891, p. 68).

O autor considerou que a propensão para a emulação era derivada do instinto para o trabalho eficiente. Argumentou que, mesmo nos primórdios "pacíficos" da espécie humana, "havia alguma emulação entre os indivíduos", mas não uma emulação agressiva, "predatória" ou direcionada à posse de objetos (VEBLEN, 1898b, p. 164; 1899, p. 16, 167). A emulação seria restrita e "primordial e principalmente emulação sexual", ou seja, voltada para a atração de possíveis parceiros sexuais, mas realizada em termos de comparação da "eficiência" produtiva, e de seus indicadores de "sucesso visível" (VEBLEN, 1898b, p. 164-165).

Veblen (1899b, p. 167, 176) argumentou que a "propensão à emulação predatória", associada à capacidade de "causar dano" a outras pessoas seria uma característica "arcaica" e secundária da

espécie humana, embora presente em atividades contemporâneas ao autor, como as competições "esportivas"[8].

Teorias contemporâneas acerca da coevolução gene-cultura corroboram diversas ideias de Veblen descritas acima. Identificam, ao longo da evolução da linhagem hominínea, juntamente à diminuição relativa das características agressivas e violentas, a redução da "dominância", a autoridade centrada na "força ou ameaça de força", e o aumento da importância relativa do "prestígio", "reputação", "estima" ou "status", a "deferência livremente concedida" (HENRICH, GIL-WHITE, 2001, p. 165-167; HENRICH, 2015, p. 117-139).

A hipótese principal desenvolvida por essa literatura para procurar explicar esse possível fenômeno é a de que, à medida que a cultura e a transmissão cultural ficavam mais importantes para a linhagem humana, a "seleção natural" favoreceu, por um lado, os "aprendizes sociais que conseguiam avaliar modelos potenciais e copiar os mais bem-sucedidos entre eles" e, por outro, os "modelos escolhidos" passaram a obter "deferência", que podia incluir o acesso privilegiado a ajuda, parceiros e alimentos (HENRICH, GIL-WHITE, 2001, p. 165-166).

O status concedido a determinada pessoa o transforma em um modelo, ou seja, serve como indicador de capacidades individuais específicas e sinaliza aos demais membros da comunidade que o modelo deve ter algumas de suas ações copiadas. Entretanto, como veremos na subseção 3.3, nem sempre a sinalização de prestígio implica em capacidades produtivas individuais e nem sempre as pessoas que imitam aquelas que têm status sabem quais características devem ser copiadas.

A evolução de uma linhagem que dependia cada vez mais da cultura para sua própria sobrevivência teria moldado uma "psicologia de prestígio". O prestígio, universalmente identificado por pesquisas etnográficas e experimentos controlados, está "associado com grande habilidade, conhecimento e sucesso em atividades ou tarefas importantes para as pessoas" (HENRICH, 2015, p. 118). Portanto, o prestígio é dependente do contexto cultural. Diferentes sociedades estimam e atribuem status a distintas características e capacidades.

Importante destacar que, mesmo em culturas humanas em que não existem classes sociais ou grandes desigualdades de acesso a recursos, ocorrem diferenças de prestígio, associadas ao conhecimento acumulado por um indivíduo ou sua capacidade de realização de tarefas consideradas importantes para uma comunidade. O status social, como Veblen indicara, está fortemente relacionado à uma gama de ações, muitas delas consideradas produtivas e pró-sociais, mas também pode ser direcionado a ideias e práticas que o autor rotulou como pecuniárias e predatórias, como será visto na subseção 3.3.

---

8 Veblen (1899) critica práticas esportivas e as identifica como uma ocupação típica das "classes ociosas". É importante destacar que o autor viveu em um contexto anterior à formação, popularização e profissionalização da maior parte das práticas esportivas contemporâneas. Suas pesquisas também são anteriores às pesquisas contemporâneas sobre os benefícios da prática esportiva.

3. EVOLUÇÃO CULTURAL E VIESES COGNITIVOS

Tanto Veblen quanto as teorias evolucionárias contemporâneas consideram que a cultura evolui mais rapidamente que as características biológicas da espécie humana. Veblen (1914, p. 18) afirmou que a "os elementos habituais da vida humana mudam incessantemente e cumulativamente, resultando em um crescimento contínuo e proliferativo das instituições", enquanto, por outro lado, "a natureza humana permanece especificamente a mesma".

Entre o final do século XIX e o início do século XX, existiam importantes teorias sobre a evolução social, desenvolvidas por diversos autores, com as mais distintas ideologias, que entendiam a evolução social como um processo linear e teleológico, que levava ao progresso. Veblen procurou romper totalmente com essas ideias[9], que associou com diversas contribuições da economia política clássica, da economia neoclássica, da escola histórica alemã, de autores neo-hegelianos, de Spencer, de Marx, Engels e diversos marxistas (VEBLEN, 1896, 1898a, 1900, 1907, 1914).

Considerou que a economia clássica e a neoclássica tendiam a raciocinar, de modo que remeteria ao "animismo", em termos de "Providência, ordem natural, direitos naturais, lei natural" que levariam os "processos de desenvolvimento" a "algum fim espiritualmente legítimo", a uma "tendência melhorativa" ou ao "equilíbrio" (VEBLEN, 1898b, p. 146-149). Também criticou Spencer e autores associados à escola histórica alemã por verem na história dos países uma "tendência de desenvolvimento melhorativo" (VEBLEN, 1900, p. 241) e criticou neo-hegelianos, Marx, Engels e outros marxistas por entenderem que a transformação histórica segue um "uma sequência lógica", de "caráter teleológica", similar à "estabelecida por meio de um apelo à razão entre homens inteligentes e imparciais" e que levaria a uma "consumação, um termo final" (VEBLEN, 1907, p. 388).

Um ponto de vista cientificamente mais preciso, evolucionário, verdadeiramente "darwinista", poderia, por outro lado, ser estabelecido como a "teoria de um processo, de uma sequência que se desdobra" (VEBLEN, 1898a, p. 144), em "termos de continuidade de causa e feito" (VEBLEN, 1907, p. 388). Uma abordagem evolucionária, portanto, analisa a "causação cumulativa cega, em que não há tendência, termo final ou consumação" (VEBLEN, 1907, p. 389), rejeita preconcepções teleológicas (VEBLEN, 1896, 1914).

Não há uma razão governando a evolução cultural. No contexto das disputas imperialistas que culminariam na Primeira Guerra Mundial, Veblen (1914, p. 25), afirmou que a "história regista casos mais frequentes e mais espetaculares do triunfo de instituições imbecis sobre a vida e a cultura" que de "povos" que "se salvaram de uma situação institucional desesperadamente precária, como, por

9 Algumas influências das teorias evolucionárias teleológicas permaneceram na obra de Veblen (1899, 1914), notadamente as concepções sobre etapas da evolução cultural humana de Lewis Henry Morgan e Edward Tylor.

exemplo, a que agora se encontra os povos da Cristandade". Portanto, para Veblen, a história seria "opaca – absurda – porque não exibe uma tendência inerente a se mover em uma direção benevolente", a história "não tem significado, fora do significado que os humanos podem imputar a ela" (DUGGER, 1988, p. 12).

Teorias evolucionárias contemporâneas da CGC desenvolvem ideias análogas às de Veblen. Richerson e Boyd (2005, p. 58-60) criticaram as abordagens de Lewis Henry Morgan, Edward Tylor, Leslie White, Marshall Sahlins, Julian Steward, Marvin Harris, Robert Carneiro, Allen Johnson e Timothy Earle que argumentam que todas as sociedades evoluem de formas "menos complexas para mais complexas" passando por estágios parecidos, seja de "selvageria, barbarismo e civilização", em Morgan e Tylor, seja de "bandos, tribos, chefaturas e Estados" em versões mais modernas e "menos etnocêntricas" e "eurocêntricas". Os autores argumentam que essas teorias não teriam "nada em comum com a noção darwiniana de evolução" e que "mudanças direcionais em artefatos ou instituições" podem ocorrer em alguns contextos, mas podem não ocorrer em outros (RICHERSON, BOYD, 2005, p. 58-60). A evolução está associada a mudanças nas características de uma população, no caso, de práticas, tecnologias e instituições, que não se confundem com progresso.

Mesoudi (2011, p. 37-40) também criticou as abordagens de Spencer, Morgan e Tylor, que consideravam que tanto a evolução biológica quanto a cultural eram processos de mudança essencialmente progressiva em direção à maior complexidade, passando por diferentes estágios pré-determinados. Tanto do ponto de vista da evolução biológica quanto da evolução cultural não existem espécies ou sociedades "menos evoluídas".

> Os humanos não estão no topo da escada evolutiva, porque não existe uma escada na qual se possa estar no topo. Existe apenas adaptação local a ambientes locais, o que não se traduz necessariamente em aumentos globais de aptidão e não resulta em mudanças evolutivas inevitáveis e totalmente previsíveis ao longo de um curso pré-especificado (MESOUDI, 2011, p. 38).

Tanto a evolução biológica quanto a cultural não devem ser entendidas como a subida de uma escada que leva à melhoria, ao progresso, mas como o acúmulo de mudanças nas características populacionais dos fenômenos em investigação, derivadas de pressões locais. Em lugar da escada que leva ao progresso, a evolução leva à metáfora darwiniana de uma árvore da vida, com distintos galhos não totalmente comparáveis entre si (MESOUDI, 2011, p. 37-40). As teorias de Veblen e da CGC dão suporte às concepções antropológicas contemporâneas que defendem o relativismo cultural. Não é possível afirmar que uma cultura é superior a outra porque não existe um ponto de vista neutro, objetivo, para realizar esse tipo de julgamento.

As próximas subseções investigam elementos importantes da evolução cultural, três possíveis subprodutos da evolução cultural identificados por Veblen e pelas abordagens evolucionárias contemporâneas que ajudam a compreender características contraditórias de diversas sociedades humanas: o tribalismo e o nacionalismo, associado com os instintos cooperativos e pró-sociais; o pensamento teleológico e o animismo, relacionado ao instinto para o trabalho eficiente; e a busca por

status e pelo consumo conspícuo, associado à emulação. Esses subprodutos serão entendidos não como propensões inatas da natureza humana, mas como hábitos de pensamento, no sentido vebleniano, ou vieses psicológicos, no sentido da literatura contemporânea sobre comportamento humano, que são culturalmente atrativos (CORDES, 2007; 2019) porque utilizam características inatas a psicologia humana.

3.1 Tribalismo e nacionalismo

Como visto anteriormente, as forças evolutivas dotaram a espécie humana de propensões inatas ao cuidado e à preocupação com familiares, amigos e mesmo membros da comunidade como um todo. Essas propensões podem, inclusive estar associadas à capacidade de defesa (ou de ataque) do seu próprio grupo. Entretanto, interesses escusos podem manipular essas propensões e utilizá-las para a promoção de violência e até mesmo de guerras.

Veblen já havia levantado essa hipótese no início do século XX. Argumentou que, com a generalização da "propriedade privada" dos recursos da natureza e da sociedade, foram estabelecidos os hábitos da "cultura bárbara", "predatórios" e voltados à diferenciação de "pessoas e classes sociais" (1914, p. 160). A formação de classes sociais está relacionada com o controle de recursos e de pessoas que podem ser mobilizados de forma sistemática para atividades guerreiras.

Devido à generalização das práticas predatórias e guerreiras, a "solidariedade com o grupo" é transformado e o "cidadão de espírito público" é convertido em "patriota combatente", alguém "cujo ideal é seguir seu líder" (VEBLEN, 1914, p. 160-161). O "sentimento de interesse comum", que seria derivado do "instinto paternal", é convertido em devoção "para a glória da bandeira em vez da plenitude da vida da comunidade em geral, ou, mais comumente, passa a ser centrado na lealdade, ou seja, na subserviência, ao senhor da guerra e seus sucessores dinásticos" (VEBLEN, 1914, p. 160-161). O autor menciona ainda que, nesse processo de generalização das práticas guerreiras, "o papel dos sacerdotes e suas divindades não deve ser negligenciado", tema que será abordado na próxima subseção (VEBLEN, 1914, p. 161).

Veblen (1923, p. 35) elaborou uma teoria do imperialismo, entendido como "a política dinástica com um novo nome, praticada em benefício de proprietários absenteístas em vez de príncipes absenteístas", por meio de esquemas que promovem "interesses comerciais estabelecidos, mascarados de planos para o engrandecimento da nação". As nações, diferentemente das corporações, não estão limitadas "pelas normas de decência do código de leis e moral que regem a conduta privada" (VEBLEN, 1923, p. 35).

Por sua vez, essas políticas são apoiadas por cidadãos que, por uma "curiosa distorção da emoção patriótica são levados a acreditar que esses ganhos extraterritoriais dos empresários do país

beneficiarão, de alguma forma, a comunidade em geral" (VEBLEN, 1923, p. 36). Argumentando sobre a construção de Estados, o autor rejeitou a ideia de que possa existir uma "solidariedade nacional de interesses materiais" partilhados pela população como um todo e rejeitou também a concepção de que, sob as instituições então prevalecentes, os interesses nacionais possam ser predominantemente pacíficos e colaborativos: "No atual desarranjo dos meios e objetivos materiais" os "interesses nacionais são, portanto, essencialmente interesses predatórios", obtidos por meio de "força e fraude" (VEBLEN, 1923, p. 36-38, 20-22).

Pesquisas contemporâneas corroboram as hipóteses levantadas por Veblen acerca da possível relação entre as propensões ligadas ao cuidado com a família e a comunidade e o patriotismo beligerante. Whitehouse (2025, p. 3, 14-15) caracteriza como tribalismo a "apaixonada lealdade a grupos", que está relacionada tanto a "muitas formas pacíficas e criativas de cooperação" quanto a "alguns dos atos mais cruéis da história", as guerras, que estão ficando cada vez "mais destrutivas".

Whitehouse (2025, p. 79-102) argumenta que o tribalismo está presente em inúmeros fenômenos que fazem parte do cotidiano de muitas pessoas, por exemplo, as torcidas de futebol, as religiões e os grupos criminosos. Diversos mecanismos psicológicos reforçam o senso de pertencimento, entre os quais rituais e o sofrimento de experiências compartilhadas. Levado ao limite, o senso de pertencimento leva a uma "fusão" com a "identidade do grupo", em que o indivíduo tem sua identidade diminuída e atos que possam ser considerados ataques ao grupo são interpretados como ataques à própria pessoa (WHITEHOUSE, 2025, p. 79-102).

O senso de pertencimento e a solidariedade com o grupo são constantemente construídos e mobilizados por forças militares para conseguirem apoio e adesão de combatentes. Por outro lado, essas propensões humanas também são mobilizadas para a realização de atividades cooperativas e ligadas à empatia. Whitehouse (2025, p. 305-312) conclui seu livro argumentando que não necessariamente precisamos combater esses sentimentos de identificação com comunidades. A sociedade poderia construir mecanismos de identificação e de empatia com grupos mais amplos, que poderiam, em tese, abarcar a humanidade inteira e mesmo outras espécies animais[10].

3.2 Teleologia e animismo

Veblen desenvolveu uma teoria sofisticada e que encontra respaldo em pesquisas contemporâneas, acerca das origens do pensamento mitológico e religioso, que seria baseado em uma "autocontaminação do senso para o trabalho eficiente" (VEBLEN, 1914, p. 52). Descreveu o

10 Em boa parte das sociedades contemporâneas, animais, notadamente cães e gatos, são considerados membros das famílias e das comunidades e possuem direitos e proteção garantidos por lei. Talvez um dia esses direitos possam ser estendidos a toda a humanidade.

animismo e o antropomorfismo como a imputação da conduta humana de “propensão para o trabalho eficiente” a “objetos externos” ou “criaturas da fantasia mitológica”, argumentando que, por “instinto e hábito, os fenômenos observados são apreendidos a partir desse ponto de vista (teleológico)” e são interpretados “em termos dessa busca instintiva por algum fim prático” (VEBLEN, 1914, p. 52-54). Fenômenos naturais, sociais ou mitológicos seriam, portanto, interpretados como resultado de deliberação e planejamento, realizados com o intuito de atingir objetivos humanos benéficos ou prejudiciais a uma pessoa ou grupo de pessoas.

À medida que a “eficiência tecnológica”, fundada no “conhecimento factual”, avança, menos fenômenos “inanimados” são interpretados de forma antropomórfica ou teleológica, mas, simultaneamente, a “imputação de um significado teleológico ou inclinação prática aos fatos externos” assume forma “mais circunspecta, engenhosa e idealizada”, o que leva a “uma criação de mitos mais elaborada”, que pode, dar origem, por exemplo, a “um Criador monoteísta e providencial, sentado em um espaço infinitamente remoto, mas ubíquo, de quatro dimensões” (VEBLEN, 1914, p. 58-59).

Entretanto, Veblen (1914, p. 80) via com otimismo o avanço tecnológico, que seria capaz de colocar em “descrédito e o desuso do método teleológico de conhecimento”, o que, por sua vez, retroalimentaria novos avanços tecnológicos. No limite, tenderia a prevalecer o pensamento evolucionário não teleológico, caracterizado pela “causação cumulativa cega” (VEBLEN, 1907, p. 389).

Mais uma vez, pesquisas contemporâneas encontram evidências favoráveis aos argumentos veblenianos. Whitehouse (2025, p. 52-53), influenciado por pesquisas de Pascal Boyer, argumentou que “diversas características generalizadas do pensamento religioso são mais bem compreendidas como subprodutos da evolução”. Whitehouse (2025, p. 51-58) identificou pelo menos quatro propriedades psicológicas que seriam evolutivamente adaptativas e teriam como “efeito colateral” o pensamento mágico ou religioso. A primeira é a “psicologia intuitiva”, relacionada à tentativa de “antecipar o comportamento dos outros”, conhecida na literatura como teoria da mente. A segunda propriedade é a tendência à “detecção excessiva de agência no meio ambiente”, relacionada à proteção contra predadores. A terceira é o “cérebro fazedor de ferramentas”, associado a ideia de que “tudo tem um propósito” teleológico. A quarta característica relaciada ao pensamento sobrenatural ou religioso é a crença na existência de entidades “invisíveis” ou na mágica, que teria emergido como explicação para doenças.

Essas possíveis características psicológicas universais podem ter sido parcialmente moldadas pela seleção natural. As duas primeiras tendências, relacionadas a imaginar exageradamente mentes com propriedades similares à humana em outros seres, o “antropomorfismo”, podem ter aumentado as chances de sobrevivência, em ambientes naturais ou sociais hostis, em comparação às pessoas que

não possuíam essas características (WHITEHOUSE, 2025, p. 51-58). A terceira tendência, de "raciocinar teleologicamente", está ligada às habilidades humanas de construir ferramentas, planejar e executar tarefas complexas, que precisam de várias etapas para serem concluídas. A quarta propriedade pode estar relacionada a comportamentos mais higiênicos e que evitam a contaminação por agentes desconhecidos (WHITEHOUSE, 2025, p. 51-58).

Os sistemas de crenças emergiram a partir dessas propensões humanas e, posteriormente, foram estruturados pelas religiões organizadas. Essas, por um lado, ajudaram a estabelecer regras de convívio em comunidades cada vez maiores, mas, por outro lado, foram e são utilizadas para justificar atos como colonização, guerras, extermínio e escravidão.

É importante destacar que a existência de propensões naturais humanas não implica que essas são inevitáveis ou imutáveis. É possível pensar em diversas estratégias para reduzir possíveis efeitos negativos associados ao fanatismo religioso, desde a promoção de hábitos de pensamento científicos e evolucionários, como Veblen propôs, até o impulso a formas mais pacíficas, pró-sociais e menos predatórias de fé, que são presentes nas mais diversas religiões.

3.3 Status, emulação e consumo conspícuo

Veblen (1899, 1914) argumentou que, nas sociedades "selvagens", caracterizadas principalmente pela caça e coleta, modo de vida nômade, habitação em pequenas aldeias e ausência de grandes estratificações sociais, a competição por status seria relativamente reduzida e restrita especialmente à comparação em termos de eficiência produtiva, como destacado anteriormente.

O autor observou que a evolução de diversas sociedades originou o que classificou como "barbarismo", caracterizado pela formação de classes sociais, generalização da propriedade privada, ampliação do tamanho das comunidades, geração de excedentes e ampliação das atividades predatórias, notadamente guerras, conquistas e escravidão (VEBLEN, 1899, 1914). Nessas sociedades se originaram as elites sociais que não desempenhavam atividades produtivas, que rotulou de "classes ociosas", historicamente ocupadas, principalmente, com altas atividades guerreiras, políticas e sacerdotais. Quando essas ocupações foram ficando relativamente mais importantes nessas culturas, os papéis sociais ligados a elas passaram a receber mais prestígio. Os hábitos de pensamento predatórios foram ampliados e os "traços que caracterizam" esse "regime de status, são (em sua expressão primária) ferocidade, egoísmo, espírito de clã e dissimulação — um recurso livre à força e à fraude" (VEBLEN, 1899, p. 148).

À medida que as sociedades capitalistas surgiram e se generalizaram, os padrões de emulação por status foram novamente alterados. Nas sociedades disciplinadas pelo mundo dos negócios, ocorre uma "classificação habitual de homens, coisas e transações em termos de uma natureza humana

emulativa" (VEBLEN, 1914, p. 191) centrada na "acumulação de bens" e na "emulação pecuniária", que "gradualmente" substitui os "troféus de conquista predatória" pela "propriedade acumulada" (VEBLEN, 1899, p. 24-27).

Nas sociedades capitalistas, o "consumo conspícuo[11] de bens valiosos é um meio de conferir reputação ao cavalheiro ocioso" (VEBLEN, 1899, p. 53). Quando a "posse de bens se torna a base da estima popular" e da "estima pessoal", o indivíduo deve possuir, "para a sua própria paz de espírito", bens em quantidade e valor tão grandes "quanto a dos outros com quem está acostumado a se classificar; e é extremamente gratificante possuir algo a mais do que os outros" (VEBLEN, 1899, p. 25).

Entretanto, quando consegue se classificar em uma posição superior na hierarquia social de consumo, "o novo padrão imediatamente deixa de proporcionar uma satisfação significativamente maior do que o padrão anterior"; ou seja, ocorre uma tendência a geração perpétua de novos padrões de "classificação pecuniária" associados à própria ascensão social (VEBLEN, 1899, p. 25). Importante destacar, ainda, que a "saciedade do desejo médio ou geral de riqueza está fora de questão", pois grande parte do consumo é fundado no "desejo de cada um de superar todos os outros na acumulação de bens", o que é evidentemente impossível (VEBLEN, 1899, p. 26).

Aqui, novamente os principais argumentos de Veblen encontram importantes evidências nas abordagens evolucionárias contemporâneas. O prestígio é considerado uma característica universal nas sociedades humanas, sendo totalmente dependente do contexto cultural (HENRICH, GIL-WHITE, 2001; HENRICH, 2015, p. 117-139; MESOUDI, 2011, p. 73-76).

É possível que o prestígio tenha evoluído tendo como causa e consequência a transmissão cultural de informações e habilidades. Entretanto, não necessariamente o prestígio está associado a elevadas habilidades de um indivíduo. Isso porque as pessoas não possuem informações suficientes acerca de toas as habilidades de um possível modelo. Boas estratégias para a identificação de bons modelos a serem copiados são, em primeiro lugar, notar quais pessoas recebem mais atenção e deferência e, em segundo lugar, procurar indicadores culturais de prestígio (HENRICH, GIL-WHITE, 2001; HENRICH, 2015, p. 119-120). Como veremos, a psicologia do prestígio nas sociedades humanas pode levar a três complicações, que estão associadas a questões relevantes das sociedades contemporâneas.

A primeira é a dificuldade em identificar quais as características são realmente causa do prestígio de um indivíduo. Isso pode levar à "imitação excessiva" de hábitos não relacionados à possível habilidade superior. Profissionais de marketing utilizam esse viés de imitação excessiva para

11 Importante destacar que nem todo consumo para Veblen (1899, p. 22) é conspícuo, uma vez que bens podem ser consumidos para satisfação de "conforto físico" e de necessidades "espirituais, estéticas, intelectuais".

associar marcas e produtos a pessoas de prestígio, aumentando seu consumo (HENRICH, 2015, p. 120; WHITEHOUSE, 2025, p. 29-33).

A segunda complicação está relacionada à evolução de marcadores culturais de prestígio, que são uma forma de identificação, muitas vezes visual, de indivíduos de maior status (HENRICH, GIL-WHITE, 2001; HENRICH, 2015, p. 117-139). Esses marcadores podem ser pinturas corporais, adereços, novos nomes, títulos de destaque. Porém, nem sempre a sinalização de prestígio implica em capacidades produtivas individuais. O prestígio pode ser obtido por diversos meios específicos a cada cultura. Historicamente foi herdado pelos filhos de famílias nobres, por exemplo, apenas pelo vínculo familiar, sem a necessidade de existência de capacidades físicas, laborais, intelectuais, ou mesmo predatórias, superiores. Elites sociais podem reforçar a ideia de que o prestígio obtido por elas é derivado de atividades produtivas e meritórias em vez de herdado ou obtido de modo predatório. A idealização do prestígio pode ser considerada um "mito autorizador" (*enabling myth*), uma crença que é utilizada, segundo William Dugger (1988), para justificar a existência e a manutenção de posições sociais superiores e inferiores.

O terceiro problema é que, como o prestígio é relacionado a atividades especificamente estimadas em cada cultura, nas sociedades capitalistas, o status social está muito atrelado ao consumo de bens diferenciais, como Veblen havia indicado. Isso gera os fenômenos descritos por ele: a elevação do padrão de vida de uma comunidade não necessariamente gera maior satisfação social, porque esta depende, para muitas pessoas, do consumo diferencial, como indicam algumas pesquisas contemporâneas de economia comportamental (PAGE, 2023, p. 205-217).

Maiores níveis de renda e de consumo tendem a estimular padrões crescentes de renda e consumo, provocando os efeitos ambientais destrutivos que presenciamos no início do século XXI e os riscos associados às mudanças climáticas. A psicologia de prestígio aplicada às relações capitalistas indica que o consumismo será sempre ampliado. Somente uma transformação muito profunda na sociedade, como propunha Veblen, pode modificar essa situação. Ele argumentou que somente com a "abolição da propriedade privada" dos meios de produção, "a característica da natureza humana que agora encontra seu exercício nesta forma de emulação [pecuniária], deveria logicamente encontrar exercício em outras atividades, talvez mais nobres e socialmente mais úteis" (VEBLEN, 1891, p. 71).

Veblen (1899, 1914) considerou que o avanço tecnológico poderia estimular mudanças nos hábitos de pensamento que fizessem as instituições capitalistas, notadamente a propriedade privada, se tornarem obsoletas. Entretanto, as forças de conservadorismo e inércia social identificadas por ele é que tem prevalecido. Veblen (1899, p. 135) observou que as pessoas extremamente pobres e aquelas "cujas energias são totalmente absorvidas pela luta pela subsistência diária são conservadores porque não podem se dar ao luxo de pensar no dia seguinte", assim como os segmentos da sociedade com melhores condições pecuniárias "são conservadores porque têm poucas ocasiões para se

descontentarem com a situação atual". As energias da maior parte das pessoas são despendidas para obtenção dos recursos mínimos para sobreviver ou para uma tentativa de ascensão social (VEBLEN, 1899). Em lugar da promoção da luta de classes, praticam o que Bourdieu (1979) chamou de "lutas de classificação". Nesse sentido, é fácil concordar com a frase que Mark Fisher (2009, p. 1) atribuiu a Fredric Jameson e Slavoj Žižek: "É mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou realizar um diálogo entre a abordagem de Veblen e teorias contemporâneas sobre a evolução da linhagem humana. Veblen desenvolveu uma teoria da evolução humana extremamente sofisticada para o período em que viveu. Rejeitou o reducionismo biológico, o etnocentrismo e o pensamento teleológico dominantes. Enfatizou a centralidade da cultura para o entendimento da espécie humana. Esses aspectos estão presentes nas teorias contemporâneas sobre a coevolução gene-cultura.

O artigo procurou indicar como as principais propensões inatas humanas descritas por Veblen – inclinação parental, instinto para o trabalho eficiente e instinto de emulação – podem ser interpretadas a partir de pontos de vista contemporâneos acerca da evolução, respectivamente, do comportamento pró-social, das características cognitivas e do prestígio. Posteriormente, a pesquisa indicou como interesses estabelecidos podem se valer dessas propensões inatas para a promoção, respectivamente, do nacionalismo beligerante, dos sistemas religiosos e da busca por status associada ao consumo conspícuo.

O aprofundamento do diálogo entre o institucionalismo e as teorias evolucionárias contemporâneas pode ser benéfico para ambos. Em primeiro lugar, as ciências econômicas e sociais podem se beneficiar de teorias mais sofisticadas acerca das características inatas da espécie humana e sua evolução. Em segundo lugar, as abordagens sobre a evolução humana podem construir pontes mais sólidas com as ciências sociais e retomar um diálogo atualmente muito enfraquecido.

Importante destacar que mesmo sendo, como outras espécies, influenciada por fatores evolutivos, a espécie humana possui capacidade de avaliar suas próprias ações e possui elevada plasticidade comportamental, que só pode ser devidamente compreendida por meio de abordagens evolucionárias. Mesmo as tendências presentes na natureza humana não implicam nem em naturalismo ético e nem em determinismo biológico. A importância da plasticidade comportamental, dos hábitos, da cultura e da razão mostram que o comportamento humano pode passar por uma ampla gama de transformações.

Por fim, é possível a utilização de vieses associados com características da própria natureza humana para o enfrentamento de problemas associados a esses e outros vieses. O instinto do trabalho

eficiente pode ajudar a combater a ignorância e o fanatismo religioso. A empatia e as propensões pró-sociais podem ser utilizadas para reduzir as características violentas do tribalismo e do nacionalismo. Práticas realmente construtivas e pró-sociais podem ter seu status elevado, enquanto o prestígio originado da estratificação social e do consumismo pode ser reduzido. É possível construir instituições designadas para esses fins, mas isso foge ao escopo desta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. **La distinction**: critique sociale du jugement. Paris: Minuit, 1979.

BOYD, R. **A different kind of animal**: how culture transformed our species. Princeton: Princeton University Press, 2017.

BOYD, R; RICHERSON, P. **Culture and the evolutionary process**. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

BOYD, R; RICHERSON, P. **The origin and evolution of cultures**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

BROWN, G; LALA, K. **Sense and nonsense**: evolutionary perspectives on human behaviour. 3rd Edition. Oxford: Oxford University Press, 2024.

CAMIC, C.; HODGSON, G. General Introduction. In: CAMIC, C.; HODGSON, G. (Eds.). **Essential writings of Thorstein Veblen**. London: Routledge, 2011a.

CAMIC, C.; HODGSON, G. (Eds.). **Essential writings of Thorstein Veblen**. London: Routledge, 2011b.

CORDES, C. Veblen's "instinct of workmanship," its cognitive foundations, and some implications for economic theory. **Journal of Economic Issues**, Vol. 39, No. 1, 2005.

CORDES, C. The role of "instincts" in the development of corporate cultures. **Journal of Economic Issues**, Vol. 41, No. 3, 2007.

CORDES, C. The promises of a naturalistic approach: how cultural evolution theory can inform (evolutionary) economics. **Journal of Evolutionary Economics**, Vol. 29, 2019.

CURRY, O; MULLINS, D; WHITEHOUSE, H. Is it good to cooperate? Testing the theory of morality-as-cooperation in 60 societies. **Current Anthropology**, Vol. 60, No. 1, 2019.

DUGGER, W. Radical Institutionalism: basic concepts. **Review of radical political economics**, Vol. 20, No. 1, 1988.

FISHER, M. **Capitalist Realism**: is there no alternative? Winshester, UK: Zero Books, 2009.

GALBRAITH, J. A sociedade afluente. In: GALBRAITH, J. **Galbraith essencial:** os principais ensaios de John Kenneth Galbraith. São Paulo: Saraiva, 2012 (1958).

HAMILTON, W. A abordagem institucional para a teoria econômica. In: SALLES, A; PESSALI, H;

FERNÁNDEZ, R (Orgs.). **Economia institucional**: fundamentos teóricos e históricos. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

HENRICH, J; BOYD, R; BOWLES, S; CAMERER, C; FEHR, E; GINTIS, H. (Eds.). **Foundations of human sociality**: economic experiments and ethnographic evidence from fifteen small-scale societies. Oxford: Oxford University Press, 2004.

HENRICH, J; BOYD, R; BOWLES, S; CAMERER, C; FEHR, E; GINTIS, H; MCELREATH, R. In search of homo economicus: behavioral experiments in 15 small-scale societies. **American Economic Review**, Vol. 91, No. 2, 2001.

HENRICH, J; GIL-WHITE, J. The evolution of prestige: freely conferred deference as a mechanism for enhancing the benefits of cultural transmission. **Evolution and Humam Behavior**, Vol. 22, No. 3, 2001.

HENRICH, J. **The secret of our success**: how culture is driving human evolution, domesticating our species, and making us smarter. Princeton: Princeton University Press, 2015.

HODGSON, G. **The Evolution of Institutional Economics: Agency, Structure and Darwinism in American Institutionalism**. London: Routledge, 2004.

LALAND, K. **Darwin's unfinished symphony**: how culture made the human mind. Princeton, Princeton University Press, 2017.

MESOUDI, A. **Cultural evolution**: how Darwinian theory can explain human culture and synthesize the social sciences. Chicago, The University of Chicago Press, 2011.

PAGE, L. **Optimally irrational**: the good reasons we behave the way we do. New York: Cambridge University Press, 2023.

RICHERSON, P; BOYD, R. **Not by genes alone**: how culture transformed human evolution. Chicago, University of Chicago Press, 2005.

RICHERSON, P; BOYD, R. Institutional evolution in the Holocene: the rise of complex societies. **Proceedings of the British Academy**, 110, 2001.

RUTHERFORD, M. **The institutionalist movement in American economics, 1918-1947**: science and social control. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

SALLES, A; PESSALI, H; FERNÁNDEZ, R (Orgs.). **Economia institucional**: fundamentos teóricos e históricos. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

SEN, A. Rational behaviour. In: DURLAUF, Steven; BLUME, Lawrence (Eds.). **The New Palgrave dictionary of economics**. Second Edition. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

VEBLEN, T. Some neglected points in the theory of socialism. In: CAMIC, C.; HODGSON, G. (Eds.). **Essential writings of Thorstein Veblen**. London: Routledge, 2011b. (1891).

VEBLEN, T. Review of Misère de la philosophie by Karl Marx, and of Socialisme et science positive by Enrico Ferri. **Journal of Political Economy**, Vol. 5, 1896.

VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? In: CAMIC, C.; HODGSON, G. (Eds.).

Essential writings of Thorstein Veblen. London: Routledge, 2011b. (1898).

VEBLEN, T. **The theory of the leisure class**. Oxford: Oxford University Press, 2007 (1899).

VEBLEN, T. The preconceptions of economic science III. **Quarterly Journal of Economics**, Vol. 14, 1900.

VEBLEN, T. **The theory of the business enterprise**. New York: Charles Scribner's Sons, 1904.

VEBLEN, T. The socialist economics of Karl Marx and his followers I. In: CAMIC, C.; HODGSON, G. (Eds.). **Essential writings of Thorstein Veblen**. London: Routledge, 2011b. (1906).

VEBLEN, T. The socialist economics of Karl Marx and his followers II. In: CAMIC, C.; HODGSON, G. (Eds.). **Essential writings of Thorstein Veblen**. London: Routledge, 2011b. (1907).

VEBLEN, T. **The instinct of workmanship and the state of the industrial arts**. New York: BW Huebsch, 1914.

VEBLEN, T. **Imperial Germany and the Industrial Revolution**. New York: Macmillan, 1915.

VEBLEN, T. **The engineers and the price system**. Kitchener: Batoche Books, 2001 (1921).

VEBLEN, T. **Absentee ownership and business enterprise in recent times**: the case of America. New York: BW Huebsch, 1923.

WHITEHOUSE, H. **Inheritance**: the evolutionary origins of the modern world. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2024.